

A Nova Geopolítica do Século XXI: o ressurgimento das potências terrestres na Eurásia

Paulo G. Fagundes Visentini¹

O desmembramento e desaparecimento da União Soviética, bem como o acelerado desenvolvimento industrial da China e da Ásia oriental, trouxeram a geopolítica de volta ao debate acadêmico e diplomático-securitário. E alteraram seu conteúdo, na medida em que ocorre o retorno de grandes Estados continentais (potências terrestres), os quais, indiretamente, representam um desafio aos cinco séculos de predomínio dos Impérios Marítimos (metade dos quais de hegemonia anglo-americana). Mais importante, todavia, é que áreas periféricas do sistema mundial (e da antiga geopolítica) se tornaram estratégicas como fornecedoras de recursos naturais (especialmente energéticos) e centros de crescimento demográfico e econômico.

As sucessivas formas da geopolítica ao longo do século XX

Na passagem do século XIX ao XX, desenvolveram-se teorias específicas para a compreensão da política internacional das grandes potências. A *Geopolítica*, teoria considerada ciência por muitos estrategistas, foi formulada especialmente a partir da publicação do livro *Politische Geographie* pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel em 1897. Segundo este estudioso, a posição e as características geográficas de um país determinavam sua política externa. Particularmente importante foi o conceito de espaço (*Raum*), segundo o qual este elemento seria indispensável para o desenvolvimento de uma grande potência. Como vimos, este conceito era perfeitamente adequado para a Alemanha desenvolver uma política que superasse os fatores que entravavam sua ascensão à posição de primeira potência mundial. Historicamente, a geopolítica alemã considerou o leste europeu e os Balcãs como sua área natural de expansão contígua, visando formar sua *Mittleuropa*.

O inglês Mackinder, em 1904, partindo dos estudos de Ratzel, elaborou o que viria a ser a base da geopolítica inglesa e, depois, norte-americana. Segundo ele, o planeta estaria dividido em duas zonas antagônicas: o centro da massa continental eurásiana (ou *Heartland*), e a ilha mundial, ou zona oceânica, controlada por uma potência marítima (naquele momento a Grã-Bretanha, depois os EUA). Segundo Mackinder, se uma potência controlasse a totalidade do *Heartland*, poderia ameaçar a ilha mundial. Já o Almirante norte-americano Mahan, em 1900, desenvolveu uma teoria segundo a qual a hegemonia de uma potência marítima perduraria enquanto ela controlasse uma série de pontos de apoio ao longo das costas da Eurásia.

¹ Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS, onde coordena o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e edita a revista AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy and International Relations. Professor do Doutorado em Ciências Militares da ECEME e Pesquisador do CNPq. Doutor pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado pela London School of Economics. Ocupou Cátedras nas Universidades de Leiden/ Holanda e Oxford/ Reino Unido (E-mail paulovi@ufrgs.br)

A formação da União Soviética alterou a forma mas não a essência da geopolítica, pois a URSS passou a constituir o *hearthland* eurasiático, especialmente após o triunfo da Revolução Chinesa. Apenas o componente econômico deixou de ser importante. O fim da Guerra Fria (que era tanto um conflito como um sistema), momentaneamente, pareceu encerrar a dimensão geopolítica. Mas o início do século XXI fizeram com que ela ressurgisse com força e novas dimensões espaciais, recuperando sua componente econômica.

O fim da URSS representou uma vitória americana? A América estava desgastada e ocorreu o ressurgimento da Eurásia com três componentes: a União Europeia, a recuperada Rússia de Putin e a China em acelerado desenvolvimento econômico. E, fundida em um só cenário, a nova geopolítica se expandia para o Sul em desenvolvimento, gerando uma realidade em que o equilíbrio entre potências marítimas e terrestres começa a ser alterado. O envelhecimento da população no Norte e sua rápida urbanização no Sul, a aceleração da Revolução Científico-Tecnológica, bem como da globalização neoliberal, gera uma nova concorrência econômica, como no início do século XX. Ela gera tensões e conflitos, com novos atores em cena, especialmente privados, embora o Estado-nação siga sendo seu vetor principal.

Assim, é importante observar a acelerada transformação da geopolítica do sistema de relações internacionais. Com o desaparecimento da União Soviética se acreditava que haveria uma paz liderada pelos Estados Unidos, como suposto “vencedor” da Guerra Fria. Mas, com os atentados terroristas à Nova Iorque em 11 de setembro de 2001, quando se iniciava o século XXI, essa situação se alterou. E, mesmo assim, durante os anos 1990 ocorreram a Guerra Civil na Iugoslávia, em plena Europa; conflitos sangrentos nas periferias do antigo Império Soviético (como a Guerra da Chechênia); matanças em grande escala e de violência inédita na África (como em Ruanda); a Guerra do Golfo em 1991; e o interminável conflito do Afeganistão (que já contaminou o Paquistão, uma potência nuclear). Costumava-se dizer que eram apenas reflexos do passado, de uma época que estava terminando.

Mas o 11 de setembro levou as forças americanas e aliadas para o coração do Oriente Médio, onde o Ocidente sofreu enorme desgaste político, moral, militar e econômico. E, dez anos depois, em 2011, ocorreu a Primavera Árabe, que desorganizou ainda mais a região. A Somália já desaparecera como Estado, o que ocorreu com a Líbia, que mergulhou numa Guerra Civil, assim como o Iraque, o Iêmen e a Síria. Esta última sofre a mais longa Guerra Civil contínua dos últimos cem anos, com poderosos efeitos regionais e mundiais.

Paralelamente se observa que o avanço econômico da China tem sido acompanhado da ampliação e modernização de suas forças armadas. Já a Rússia de Vladimir Putin, única nação com potencial tecnológico-militar para rivalizar com os Estados Unidos, travou uma guerra na Geórgia e entrou em rota de colisão com a Ucrânia, que mergulhou numa Guerra Civil. Enquanto isso, os EUA tentam implantar o chamado Escudo Antímísseis na Europa e na Ásia oriental, enquanto expande a OTAN cada vez mais para as fronteiras da Rússia, provocando a reação de Moscou.

A Coreia do Norte e o Irã mantêm um jogo nuclear perigoso, que tem gerado crises diplomáticas e realinhamentos estratégicos. A Ásia oriental vive uma tensão crescente, com a remilitarização do Japão e, no sudeste asiático, com o contencioso do

Mar da China Meridional. Mas até a África, com a crescente presença econômica dos países dos BRICS, especialmente a China, vem se desenvolvendo e ganhou importância geopolítica, com seus imensos recursos e oceanos adjacentes. O Índico e o Atlântico Sul se tornaram rotas estratégicas de passagem, além de conterem imensos recursos petrolíferos. Isso levou os EUA a militarizar a região (criação do AFRICOM/ Comando África e da IV Frota), sempre a pretexto de combater o terrorismo, que se espalha pelo Sahel (sul do Saara) e pelo Golfo da Guiné.

A completa desorganização da região que se estende da Líbia ao Iraque gerou uma onda de refugiados rumo à Europa, primeiro através do Mar Mediterrâneo em direção à Itália, depois através dos Bálcãs, rumo à Alemanha (grande demais para ser espontânea), no maior fluxo migratório desde a II Guerra Mundial no velho continente. Tal situação agravou a situação da União Europeia, já castigada pela crise do Euro, pelo crescimento da extrema-direita xenófoba e populista e, agora, pelo *Brexit* (virtual saída da Grã-Bretanha da UE). Questiona-se se ela sobreviverá. Como se não bastasse, uma onda de grandes atentados passou a assolar a Europa e, mesmo, nações muçulmanas da Tunísia a Bangladesh, sempre reivindicados pelo Estado Islâmico. O mal explicado e falhado golpe militar na Turquia reforça ainda mais os elementos de instabilidade do Oriente Médio.

A expansão da OTAN, por outro lado, é acompanhada de crescentes divergências internas, entre nações como a Alemanha e a França, de um lado, e os EUA de outro. E a reação à sua expansão tem levado à crescente cooperação militar e diplomática entre a Rússia (sob embargo) e a China, através da Organização de Cooperação de Xangai, que agrega diversos países. Ainda que o pretexto seja o combate ao terrorismo islâmico, que também ameaça os dois gigantes eurásianos, ela se manifesta sempre como reação a avanços do Ocidente.

Com o fim da Guerra Fria, milhares de soldados e agentes treinados das grandes potências foram lançados no “mercado da guerra”, agora dominado por companhias privadas (no Iraque, representaram mais da metade do efetivo empregado). Ao mesmo tempo, um volume imenso de armas sofisticadas é vendido a quem puder pagar: Estados, movimentos armados ou crime organizado. A guerra atual, ainda que planejada e alimentada por Estados, é executada, majoritariamente, por companhias de segurança, aliados regionais, milícias locais e grupos políticos.

Como pano de fundo, há uma perigosa aceleração da competição econômico-tecnológica entre nações e empresas, impulsionada pela gigantesca transformação da globalização. Essa disputa alinha antigas potências e as emergentes (especialmente a China), em coalizões antagônicas. A China já é a segunda economia do mundo e deve ultrapassar a dos Estados Unidos em pouco tempo. E, para piorar, desde 2008, o mundo vive uma crise econômico-financeira, que afeta a governabilidade das nações e as relações internacionais. Um quadro que relembra a situação que antecedeu a I e a II Guerras Mundiais.

Outro aspecto perigoso é a ausência de lideranças e de projetos com visão estratégica e capacidade de negociação, o que ganhou nova dimensão com a eleição de Donald Trump à presidência da mais poderosa nação do planeta. As grandes Organizações Internacionais, por sua vez, têm-se notabilizado pela ineficiência e paralisia frente aos crescentes problemas. A população cresce (e envelhece), o consumo tem aumentado aceleradamente, criando a necessidade de mais matérias-primas, fontes

energéticas e alimentos. As grandes cidades se expandem rápida e desordenadamente, tornando-se ingovernáveis. Em meio a tal situação, a crise ambiental e climática tem gerado apreensão manipulações e visões de curto prazo.

Isso tem sido acompanhado pela insegurança, medo, fanatização e, paradoxalmente, desinformação ou apatia da opinião pública. Está aberto o espaço para lideranças aventureiras e para o alastramento de conflitos. Quando os atentados se multiplicam, pessoas desajustadas passam a agir por conta própria e realizam atos de violência coletiva, sempre reivindicados por alguém, especialmente o Estado Islâmico. Ele iniciou sua atividade com veículos novíssimos, bem como armas sofisticadas e sistemas de comunicação ultramodernos (quem financiou?). Muitos movimentos armados acionados por Estados estão escapando ao controle dos seus mentores. A retirada gradual dos Estados Unidos do Oriente Médio está criando um vácuo, preenchido por Estados despreparados, que cometem perigosos erros de cálculo.

O lugar da Ásia na reconfiguração geopolítica

A Ásia oriental e meridional, do Japão ao Paquistão, abriga mais da metade da população mundial e várias das mais sólidas e antigas civilizações. Durante cinco séculos os impérios continentais da região foram eclipsados pelos impérios marítimos do Ocidente. Mas no século XX teve início um processo de transformações múltiplas, que está impulsionando seu desenvolvimento econômico-social e alterando não apenas sua posição dentro do sistema mundial, mas a própria estrutura e essência deste.

A Ásia Oriental e, em menor medida, meridional, têm constituído a região de maior dinamismo econômico no mundo há quatro décadas (Japão, Tigres, China e Índia), o que tem produzido uma nova configuração das relações de poder regionais e globais, com a ascendência de novos pólos de poder. Contudo, a importância deste fenômeno não tem sido apreendida em toda sua dimensão e complexidade. Esta região e seu processo de inserção internacional são comumente analisadas a partir de premissas inadequadas.

A Ásia não constitui um “bloco”, e o Japão foi deixando de seu centro dinamizador, pois os fenômenos atualmente em curso na Ásia, embora se encontrem articulados ao conjunto das transformações globais, apresentam formas peculiares. Gradualmente a China foi emergindo como pólo articulador da região, com base na economia e no resgate de seu papel histórico e a Ásia concentra vários núcleos de poder, que constituem as bases para um sistema mundial multipolar. Mais ainda, pode-se especular sobre a gradual formação de um amplo espaço eurasiático.

Na Ásia oriental e meridional há quatro Estados de grande porte em termos de extensão territorial, população e/ou dimensão do PIB: a China, a Índia, o Japão e a Indonésia, além de outros de dimensão média. Todavia, eles podem ser agrupados em duas matrizes civilizacionais, a chinesa (confuciana) e a indiana. O Japão pertence à primeira e a Indonésia é uma nação muçulmana (a maior do mundo em seguidores desta religião), malaia e, por seu passado budista, guarda vestígios societários da matriz indiana.

Durante a Guerra Fria, do ponto de vista geopolítico o continente esteve dividido e o Japão foi o centro do desenvolvimento econômico, numa aliança subordinada com os Estados Unidos. Mas nos anos 1970 ocorreu a derrota dos EUA no sudeste asiático, a

aliança sino-americana (que permitiu a Beijing ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU) e o desenvolvimento dos Tigres Asiáticos (JOYAUX: 1991). Na década seguinte a China lançou sua modernização e desenvolvimento e, no início dos anos 1990 a URSS desapareceu e a Guerra Fria foi encerrada.

Enquanto os “muros asiáticos” ruíam e a região restabelecia fluxos interrompidos, a China despontava com um crescimento irreversível e uma posição internacional ascendente e o Japão entrava num longo processo de estagnação. Na seqüência, a Índia também iniciava um ciclo de crescimento econômico, internacionalização e integração regional com a SAARC (Southern Asia Area of Regional Cooperation), além de reconhecimento de seu *status* de potência nuclear.

Já o sudeste asiático, através da ASEAN, lograva um bem sucedido processo de integração e desenvolvimento que reúne repúblicas e monarquias, democracias e regimes militares, modelos capitalistas e socialistas e Estados industrializados e menos desenvolvidos, grandes e minúsculos. No nordeste asiático, apesar das tensões calculadas e teatrais na península coreana e da estagnação do Japão, a reconstrução do espaço geopolítico prossegue. Aliás, inclusive no conjunto do continente, através da Organização de Cooperação de Xangai.

Os postulados westfalianos de soberania são matizados pelos conceitos asiáticos de hierarquia e estabilidade, numa visão sistêmico-diplomática de longo prazo (KANG: 153, in IKENBERRY & MASTANDUNO, 2003). O capitalismo global impulsionado pela economia socialista de mercado chinesa cria conexões asiáticas e conquista mercados além-mar. Mais ainda, na frenética busca por fontes de energia e matérias primas, os *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica* estabelecem novos eixos de Cooperação Sul-Sul, como os da China e da Índia com a África, alterando o equilíbrio mundial e conferindo substância a um sistema mundial multipolar em formação.

O impacto imediato do fim da Guerra Fria na Ásia

No final dos anos 1980, com a convergência soviético-americana da *Perestroika*, os Estados Unidos passam a se desinteressar pela aliança político-estratégica com a China e pela heterodoxia dos modelos de desenvolvimento dos Tigres e do Dragão, até então tolerados. Encerrava-se a fase em que as concessões econômicas eram compensadas pelos ganhos político-militares. O desenvolvimento da Ásia oriental passa a ser visto por Washington como incômodo, e deveria ser desarticulado, invertendo-se os fluxos econômicos transpacíficos, pois a América necessitava gerar superávits comerciais. Daí as pressões pela democratização da Coreia, Taiwan, China e abertura do Japão, que são processos simultâneos.

O declínio e, finalmente, a desintegração da URSS puseram fim à Guerra Fria e ao sistema bipolar, abrindo uma nova era de incertezas na construção de uma nova ordem mundial, numa conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial. O fenômeno da globalização passou, cada vez mais, pela regionalização, isto é, pela formação de pólos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional, em meio a profundos efeitos desestabilizadores na periferia. É neste quadro de reordenamento mundial que a Ásia Oriental, emergia como

uma nova fronteira econômica, dando sentido ao conceito braudeliano de Economia Mundo, agora centrada no Pacífico, em substituição à do Atlântico.

O sucesso asiático, e do seu "modelo", entretanto, tem suas contrapartidas. Muitos países da região, especialmente a China, enfrentavam tendências desestabilizadoras, fruto do acelerado crescimento, bem como da introdução de mecanismos de mercado numa sociedade ainda marcada pelas formas socialistas na esfera sociopolítica. Os fenômenos do incremento migratório e demográfico e da vertiginosa e caótica urbanização atingiam toda a região (exceto o Japão), mas eram particularmente preocupantes na China (WENQUAN: 2007).

Além disso, a Ásia-Pacífico depende do mercado mundial, tornando-se vulnerável à pressão de outros países ou a uma eventual crise desarticuladora do sistema comercial e financeiro internacional. Finalmente, deve-se assinalar que o "bloco" asiático não existe enquanto tal, pois não possui um processo de integração institucionalizado como a União Europeia e o NAFTA, mas um conjunto de economias articuladas através de uma divisão de trabalho.

Os problemas e perspectivas da Ásia-Pacífico não podem, contudo, ser avaliados unicamente a partir da perspectiva econômica. A segurança regional levanta uma série de interrogações. A ascensão econômica da China, potencializando o incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passaram a preocupar particularmente os EUA, que buscam reafirmar sua predominância a um custo mais baixo que durante a Guerra Fria, dentro de um cenário internacional de contornos pós-hegemônicos.

A reconfiguração do espaço geopolítico asiático

As reformas internas rumo ao mercado e a abertura externa do Vietnã, com a permanência de um sistema político baseado no marxismo-leninismo, aproximam o modelo do país do exemplo chinês. Dramaticamente afetado pelo desaparecimento do campo soviético, o país restabeleceu relações com a China em 1992 e com os EUA em 1995, integrando-se rapidamente à economia mundial graças a uma legislação de investimentos ainda mais liberal que a chinesa. De forma indisfarçável, Washington aproximou-se do mais jovem candidato à Tigre asiático com a finalidade de fortalecer um grupo de países que pudessem contrabalançar o peso da China, explorando ainda o contencioso Beijing-Hanói das Ilhas Spratli, localizadas no Mar da China Meridional e ricas em petróleo. Este também parece ser o caso da Índia, outro antigo aliado da URSS, que hoje se integra à economia mundial e tem sido aventada como uma alternativa à China.

Mais do que meros apêndices da economia japonesa, a China e os Tigres (de primeira e segunda gerações) têm se tornado competidores ambiciosos, embora suas economias continuem fortemente interdependentes, o que, aliás, também ocorre em relação à economia americana. Por outro lado, o Japão tem conhecido uma prolongada recessão econômica e incerteza política, mas se recusa a fazer reformas neoliberais, e a ausência de crescimento evita um confronto com os EUA. Mas os EUA parecem querer dar ao processo um conteúdo que implique no afastamento do Japão.

A evolução da Ásia a partir do encerramento da Guerra Fria e do desaparecimento da URSS foi rápida e profunda, gerando uma nova realidade ainda não consolidada. É preciso pensá-la num contexto mais amplo, pois nos últimos anos suas diversas regiões constitutivas, que se encontravam compartimentadas, têm se encaminhado para a fusão em um único cenário estratégico. De fato, o continente asiático esteve, no século XX, submetido a uma série de divisões, cujas formas e abrangência se alteraram, sem que o problema desaparecesse. A Guerra Fria não fez senão tornar ainda mais herméticas as fronteiras entre as regiões, tais como o anel insular sob controle norte-americano, a massa continental socialista (dividida desde os anos 1960 entre a RP da China e a Sibéria e Ásia central soviéticas), o sub-contidente indiano influenciado pelo neutralismo (onde Índia e Paquistão eram inimigos permanentes) e o sudeste asiático em conflito e em disputa.

Com o fim da Guerra Fria, vários “muros” asiáticos ruíram. A normalização sino-soviética, realizada durante a *Perestroika* de Gorbachov, aprofundou-se ainda mais com a desintegração da URSS em fins de 1991. Desde então, a cooperação entre a Rússia e a RP da China tem sido intensa nos campos econômico-comercial, tecnológico-militar, diplomático e de segurança (BALL: 1996). Especialmente importante têm sido a venda de armamento sofisticado e a transferência de tecnologia avançada no campo aeroespacial e nuclear. Independente das possíveis mudanças que venham a ocorrer na política interna russa, esta cooperação tende a se manter, especialmente com a pressão Ocidental sobre Moscou em função do contencioso na Ucrânia desde 2014.

A queda do “muro sino-soviético”, por outro lado, também permitiu a integração progressiva da Sibéria ao dinamismo econômico da Ásia via cooperação bilateral com o socialismo de mercado chinês. A implantação de um grande número de *joint-ventures*, envolvendo as mais curiosas parcerias (por exemplo, sino-sul-coreanas), está transformando estruturalmente a geografia econômica da região siberiana e, consequentemente, a geopolítica da Ásia.

A normalização política que se seguiu aos acordos de paz do Camboja em 1992, por sua vez, terminou com o isolamento da Indochina em relação ao restante do sudeste asiático. Esta nova dimensão diplomático-estratégica, associada ao dinamismo econômico da região, propiciou o acercamento sino-vietnamita e uma crescente cooperação de Beijing com a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Embora se ressalte muito na mídia a existência de um “expansionismo chinês” na região e se exagere o litígio das ilhas Spratli, tanto os interesses econômicos como a criação de um diálogo permanente no campo da segurança, têm criado uma situação de crescente cooperação entre a China e o sudeste asiático. Desta forma, não apenas desapareceu o fosso que separava a Indochina da ASEAN, como também se iniciou um crescente relacionamento econômico e político do gigante chinês com toda a área, na qual, anteriormente, o conflito indochinês contribuía para isolar os atores regionais.

Outra região que possuía uma dinâmica própria e uma inserção internacional específica, e que hoje começa a vincular-se ao dinamismo da Ásia Oriental, é o sub-contidente indiano. A Índia caracterizava-se por uma industrialização substitutiva e auto-centrada, e era aliada de Moscou no plano estratégico (isto é, anti-chinesa), apesar de sua diplomacia neutralista voltada ao não-alinhamento e ao Terceiro Mundo. Tudo isto projetava a Índia mais para o cenário do Oceano Índico do que para a Ásia-Pacífico (KHURANA: 2008). O colapso da União Soviética, a ascensão econômica da Ásia

Oriental e sudeste, os efeitos da globalização econômica e da Revolução Científico-Tecnológica, a normalização das relações da China com seus vizinhos e as novas ameaças à segurança indiana, levaram Nova Delhi tanto a abrir sua economia, como a esboçar algo mais que um simples *modus vivendi* com a China e a integrar-se ao ciclo de desenvolvimento asiático. Evolução idêntica, mas mais radical, ocorreu com Mianmar, onde a junta militar fomenta a captação de investimentos internacionais e a inserção na economia mundial, enquanto consolidava um regime autoritário e obtinha apoio político e econômico da China.

Quase simultaneamente, o espaço geopolítico asiático se ampliava ainda mais com o surgimento de novos Estados, resultantes do desmembramento da URSS: Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão. A antiga Ásia Central Soviética, detentora de uma posição geográfica privilegiada e de imensos recursos naturais, entre os quais gás e petróleo, inicialmente manteve sua dependência em relação à Rússia, mas obteve uma posição de equilíbrio entre Moscou e Beijing dentro da Organização de Cooperação de Xangai.

Esta é uma das lógicas da presença americana na região desde a Guerra do Golfo, as quais conferem sentido à tentativa de introduzir uma cunha na Ásia Central via Afeganistão. Washington busca não apenas ter um acesso direto aos recursos econômicos da Ásia central, como procura evitar que a região se torne uma espécie de zona de contato entre a Ásia e a Europa (via Rússia). A reabertura da Rota da Seda, antiga ligação terrestre entre a Europa e a Ásia anterior à era das navegações, é significativa. Lentamente, a Ásia política começa a se identificar com a Ásia geográfica e, ainda mais importante, progressivamente se esboça a noção de *Eurásia*.

A expansão do cenário geopolítico asiático para o interior da Eurásia significa a ampliação de seus recursos naturais e industriais, mas, num quadro de maior diversidade, igualmente o surgimento de novos problemas e tensões. Isto afeta tanto as nações da Ásia quanto os EUA. Se os primeiros conseguem com isto ampliar seu espaço de manobra econômica e diplomática, por outro a complexidade contida na nova realidade em formação acrescenta dificuldades a uma região que atravessa uma evolução acelerada (com todas suas implicações) e não conta com mecanismos próprios de segurança coletiva. Para os EUA, uma Ásia ampliada, com maior número de atores políticos e com uma economia que progressivamente se volta para o próprio continente, representa maiores dificuldades de controle sobre a evolução político-econômica da região.

O Socialismo de Mercado: um Novo Segundo Mundo?

Existe também outra realidade nova que tem que ser levada em conta quando se analisa o fenômeno asiático. No estudo dos cenários estratégicos dos anos 1990, alguns especialistas mencionam a formação de um *Novo Segundo Mundo*, nucleado pela RP da China. De fato, como destacou o politólogo britânico Fred Halliday, até 1989 viviam em países classificados como socialistas 1,7 bilhões de pessoas. Após o colapso do bloco soviético, existiam ainda 1,3 bilhões nesta posição. Não se trata, contudo, de se considerar este como um simples elemento residual. Assim, o *Novo Segundo Mundo* atravessa uma NEP² que, diferentemente da soviética, não se encontra limitada a “um só

² A política econômica socialista apoiada no mercado, que vigorou na URSS entre 1921 e 1927.

país”, mas inserida na economia mundial, sobre a qual influi de maneira cada vez maior. Além disso, ele está gestando um paradigma alternativo para a construção de uma Nova Ordem Mundial multipolar não-hegemônica, com um modelo próprio de desenvolvimento nacional e social, de segurança e de governabilidade.

Esse *Novo Segundo Mundo*³ mantém uma discreta e sutil cooperação estratégica com o “Velho Segundo Mundo”, como foi visto, e também tem uma relação menos antagonica do que se poderia pensar com os países capitalistas da Ásia. Por um lado, os modelos de desenvolvimento e os regimes políticos dos países asiáticos possuem fortes semelhanças e importantes interesses comuns, sejam eles formalmente capitalistas ou socialistas. Esses modelos político-econômicos, “autoritários” e “estatistas” na perspectiva anglo-norte-americana, encontram-se hoje sob pressão Ocidental, desde o campo dos direitos humanos ao dos mecanismos comerciais.

Existe também um outro fator de longo prazo que se encontra associado a este fenômeno. Com a reincorporação de Hong Kong em 1997 e de Macau em 1999, para os asiáticos encerrou-se o ciclo colonial, o que coincide com a ascensão econômica da região. E os dirigentes asiáticos têm consciência de que sem a China, isto não seria possível, o que não significa ignorar as persistentes divergências intra-asiáticas. Mas agora está se formando um patrimônio comum a ser preservado. Observado desde a perspectiva da geopolítica clássica da virada do século, não seria absurdo visualizar a afirmação da massa continental, ou *Heartland*, que passa a desafiar a *Ilha Mundial*. Estaria esta economia, cada vez mais da Ásia continental e menos do Oceano Pacífico, em condições de ameaçar a hegemonia da economia anglo-saxônica centrada nos grandes espaços marítimos planetários?

Um elemento chave para responder a esta questão, será a posição que o Japão vier a adotar. Este país, tido até recentemente como paradigma do desenvolvimento asiático, encontra-se na encruzilhada de grandes e inadiáveis decisões. Sua economia enfrenta uma prolongada estagnação, a população está envelhecida, o consenso social começa dar sinais de esgotamento e o sistema político organizado em 1955, durante a Guerra Fria, entrou em colapso, e passa por redefinições que, todavia, ainda não estão suficientemente claras. Contudo, o nó da questão encontra-se justamente na política internacional, em relação à qual Tóquio precisa definir-se: como parte da economia *Nichibei*, ou seja, como a fronteira oriental do império americano (os “asiáticos ocidentalizados”, segundo a tipologia de Huntington), ou como parte da Ásia e sua fronteira ocidental.

A economia nipônica tem se voltado progressivamente para o continente, as questões de segurança regional têm obrigado o país a um maior envolvimento local (como no caso da península coreana) e as pressões norte-americanas para que o Japão se enquadre ao novo padrão que a potência “protetora” procura implementar para a economia mundial, levam muitos estadistas e empresários a defender uma maior autonomia para a nação, apoiando-se no continente. Mas, por outro lado, o Japão ainda depende significativamente do mercado dos EUA, são tremendamente vulneráveis às pressões diplomático-militares por sua dependência em matéria de segurança, além de

³ O conceito de Novo Segundo Mundo foi apresentado no Estudo de Macrocenários, realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

encontrarem fortes restrições entre os países do continente, pois as grandes questões herdadas da Segunda Guerra Mundial ainda não estão solucionadas, como na Europa.

A península coreana constitui outra região sensível e importante na Ásia, sobretudo com as possibilidades de reunificação e da associação econômica mais íntima com as regiões vizinhas, em particular a cooperação com a China. O primeiro aspecto é que a crise econômica do regime socialista norte-coreano introduziu novas dimensões no jogo regional e coincidiu com as pressões norte-americanas para a abertura da economia sul-coreana. Neste sentido, Pyongyang tem usado a questão nuclear, a tensão calculada com o sul e os riscos que o colapso do regime poderia produzir (sobretudo após a morte do líder Kim Il Sung) como moeda de troca na negociação de um acordo geral que permita terminar com o isolamento do país, apesar do ingresso das duas Coreias na ONU em 1991. Sem que a estrutura sócio-econômica do país tenha sido muito alterada, o governo norte-coreano tem atraído investimentos estrangeiros para o país, através do estabelecimento de *joint-ventures* e da abertura de Zonas Econômicas Especiais para este fim junto ao Rio Tumen, na fronteira com a Rússia, em Sinuju na fronteira com a China e em Kaesong, próxima à linha de demarcação, todas com investimentos sul-coreanos.

A unificação das Coreias (ainda que pouco provável), por mais contraditório que possa parecer, é percebida pelo Japão e pelos EUA como uma possível fonte de novos problemas, dependendo do perfil de que possa vir a se revestir. O desenvolvimento sul-coreano atingiu um nível tal, que o país começou a ser visto como um concorrente pelo Japão, assumindo também formas próprias que não são do agrado de Washington, como a crescente vinculação com a economia chinesa, desde o restabelecimento de relações entre os dois países em 1992. Além disso, a unificação da península criaria uma nova potência regional de porte demográfico, econômico e militar (possivelmente também nuclear).

A adaptação da diplomacia asiática dos Estados Unidos

Num plano mais geral, a situação da Ásia se encontra marcada por uma série de contradições. Os países asiáticos, mesmo a China, continuam favoráveis à manutenção da presença militar americana na região, pois ela garante a segurança regional a um custo reduzido e, ainda, no caso de Beijing, justifica um acercamento entre os asiáticos para conter o “hegemonismo” de Washington na área. Trata-se de uma postura defensiva que acaba, em certa medida, por legitimar a China aos olhos de seus vizinhos. Contudo, as nações asiáticas rechaçam as pressões econômicas e as ingerências políticas norte-americanas, tanto em assuntos internos como externos, que constituiriam justamente os temas relevantes para a Casa Branca, já que seu poder bélico é empregado indiretamente.

As ações que os Estados Unidos desenvolvem na região, devido à sua necessidade de evitar o surgimento de pólos de poder e de desenvolvimento autônomos na Ásia, conduzem esse país a uma série de atitudes, as quais acabam favorecendo uma razoável acomodação das divergências de Beijing com seus vizinhos. Os EUA têm procurado estabelecer um cerco geopolítico à China, como bem o demonstram os acordos de Washington com a Mongólia, o Japão e a Índia, além de apoiar o separatismo no Tibete e em Taiwan.

Os EUA também parecem dispostos a instrumentalizar política e economicamente a Índia e o Vietnã como parte de sua estratégia de isolamento da China e de contenção de

seu desenvolvimento, tirando proveito da rivalidade destes dois países em relação à Beijing. Contudo, Washington parece não levar em conta que tanto Nova Delhi como Hanói se definem estrategicamente pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e pelo ideário de Bandung, tal como a China. Assim, apesar de divergências concretas, estes três importantes países asiáticos possuem muitas perspectivas e interesses comuns de longo prazo. A evolução de seu inter-relacionamento recente parece apontar nesta direção.

O retorno da geopolítica: a emergência do heartland eurasiânico

Para muitos analistas está ocorrendo a emergência da Eurásia como região geopolítica e geoeconômica. Dentre os três grandes centros de desenvolvimento do hemisfério Norte, sempre houve vínculos estreitos através dos Oceanos Pacífico e Atlântico, associando a economia da América do Norte com a da Ásia Oriental e da Europa Ocidental, respectivamente. Mas desde a derrocada do sistema colonial, Ásia e Europa têm caminhado separadas, o que agora começa a mudar. A possibilidade de que um espaço eurasiânico venha realmente a se consolidar, poderia alterar o equilíbrio internacional.

A Rússia, por sua vez, ainda que tenha se tornado um parceiro inferior à antiga URSS, tem mantido com países-chave da Ásia uma crescente cooperação em campos particularmente sensíveis, como foi visto anteriormente. Além disso, este país constitui precisamente o elo terrestre que serviria de base para a constituição de um grande espaço econômico eurasiânico. A Rússia, desde que Evgueni Primakov se tornou primeiro ministro, mas especialmente desde que Vladimir Putin assumiu a presidência, passou a se reorganizar, a crescer economicamente, a recuperar parcialmente sua capacidade militar e a desenvolver um significativo protagonismo diplomático.

Além da *Parceria Estratégica* estabelecida com a China, ambos países criaram com Estados da Ásia Central o grupo *Os Cinco de Xangai* (1996), depois rebatizado Organização de Cooperação de Xangai quando do ingresso do Uzbequistão (2001)⁴. Trata-se de um acordo de caráter diplomático, econômico e de segurança, que englobava, originalmente, a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Tadjiquistão e o Kirguistão. Vários Estados adquiriram o *status* de associados ou observadores. A Ásia central possui recursos em gás e petróleo que são indispensáveis ao desenvolvimento chinês. A Rússia, por sua vez, se tornou uma potência energética (petróleo, gás, carvão e urânio) e tecnológica em áreas militares (indústria aeroespacial, nuclear, mísseis, etc).

Por fim, importantes países asiáticos têm buscado um maior cooperação com países-chave do Terceiro Mundo, particularmente com as chamadas Nações Emergentes, como o conjunto da África Austral nucleado pela África do Sul pós-Apartheid e com o Mercosul, particularmente com o Brasil. Assim, o Oceano Índico estaria se constituindo numa espécie de rota de ligação com as demais nações do Sul. A cooperação mais estreita com estas regiões, apesar de atualmente possuir um impacto ainda limitado no plano puramente econômico, possui um potencial promissor de médio e longo prazo, além de constituir um elemento estratégico nas competição entre os pólos desenvolvidos do hemisfério Norte. Não se pode deixar de considerar que, pelo fato do pólo asiático

⁴ A Índia e o Paquistão ingressaram na Organização em 2016.

constituir, em linhas gerais, uma área *em desenvolvimento*, existe um amplo espaço para o estabelecimento, entre este e os Países Emergentes antes referidos, de uma *parceria estratégica* capaz de influenciar o futuro perfil da ordem internacional emergente. As reuniões trianuais do Fórum de Cooperação China-África, desde 2006, reúnem mais de 50 chefes de Estado em Beijing e na África, alternativamente, lançando uma espécie de Plano Marshall para a África, constituindo um exemplo do protagonismo global chinês.

*A Organização de Cooperação de Xangai constitui um “bloco antiocidental”?*⁵

A desintegração da União Soviética subverteu a geopolítica da Eurásia, com o surgimento de novos, vastos e instáveis Estados na Ásia central. Isso teve tanto implicações econômicas como de segurança, levando os maiores Estados da região a articular um núcleo de cooperação nessas duas áreas. As razões para o estabelecimento desses novos mecanismos de cooperação eram, inicialmente, voltadas apenas para a busca de estabilidade regional. Mas com a projeção dos interesses norte-americanos para este novo e desorganizado espaço, a cooperação sino-russa-centro-asiática buscou criar um contrapeso a tal influência.

As origens da OCX remontam à organização *Os Cinco de Xangai*, formada em 1996 por China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Em 2001, ela se transformou em Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), quando o Uzbequistão se juntou aos demais membros. Em 2016, a Índia e o Paquistão foram admitidos como membros plenos. Mongólia, Irã e Afeganistão são observadores. Desde sua criação, a organização tem aumentado sua importância regional para se tornar um elemento de considerável relevância no jogo político da Eurásia. Isso se deve tanto ao peso dos Estados envolvidos, como à gama de países com *status* de observadores, que desejam ingressar na organização, ou ainda às suas características próprias, as quais têm permitido uma evolução paulatina, mas constante, da OCX. Por certo, existem divergências entre seus membros, bem como dúvidas quanto ao futuro das relações entre suas principais integrantes, China e Rússia, mas até o momento tais fatores não têm atrapalhado o crescimento da organização.

Os Estados da Ásia Central se tornaram independentes da URSS contra a sua vontade, pois dependiam financeiramente do poder central. Aliás, nunca haviam sido independentes como Estados modernos, não tinham saída para o mar, possuíam muita riqueza (petróleo, gás e minérios) e pouca população, careciam de capacidade de governar e estavam expostos a perigos como o terrorismo, o extremismo religioso e o separatismo. Assim, participar de uma organização de cooperação regional era vital para eles, bem como para a Rússia e a China, que temiam o vazio de poder.

O primeiro elemento que chama a atenção na OCX é o conjunto de recursos de poder (militar, econômico, energético, demográfico) que a organização reúne, a começar por China e Rússia, que são duas grandes potências, dotadas de armamentos nucleares, donas de cadeiras no Conselho de Segurança da ONU. Elas têm adotado posições próximas em várias questões de relevância no sistema internacional, tais como o desenvolvimento de energia nuclear no Irã e a disputa na península coreana. A adesão da Índia e do Paquistão aumentou qualitativamente o peso da Organização.

⁵ Com a colaboração de Gabriel Pessin Adam.

Enquanto a China hoje possui a segunda maior economia do mundo e é o país que mais cresce no sistema internacional, a Rússia detém o maior território entre todos os Estados do mundo, território este que é rico em diversos minerais raros e/ou essenciais, dentre os quais se destacam o petróleo e o gás natural. No aspecto securitário, China e Rússia avançam na modernização de suas forças armadas, especialmente navais e aeroespaciais. O ingresso da Índia incrementa o peso político-militar da OCX.

Tomados em seu conjunto, os países da Ásia Central membros da OCX se dividem em detentores de recursos energéticos e donos de territórios que constituem rotas importantes para a exportação de tais recursos, herança do período soviético (1917-1991). Após o fim da URSS, Cazaquistão e Uzbequistão passaram a disputar o papel de potência regional centro-asiática. Num primeiro momento, o Uzbequistão, país mais populoso e com as melhores forças armadas, tomou a dianteira, mas nos últimos anos, o Cazaquistão, com um território maior e economia mais avançada, sobrepujou seu vizinho e, hoje, sob os pontos de vista econômico e estratégico, é o quarto país mais importante da OCX.

Considerados todos os seus membros, a OCX ocupa uma área de 34 milhões de km², na qual vivem em torno de 2.882 milhões de pessoas. O PIB somado dos países ultrapassa a marca de US\$ 15 trilhões, quando a União Europeia possuía uma superfície de 4,3 milhões de km², para uma população de 502 milhões de pessoas, e PIB de US\$ equivalente. Outros dados interessantes dizem respeito às reservas energéticas: no tocante ao gás natural, em 2009, os países da OCX detinham 26,9% das reservas provadas (somente a Rússia possui 24% do total mundial) e eram responsáveis por 24% da produção de tal recurso. Quanto ao petróleo, em 2009, eles possuíam 10% das reservas comprovadas e responderam por mais de 20% do total de barris de petróleo produzidos no mundo naquele ano.

Além da integração e cooperação econômica, com o desenvolvimento de meios de transportes seguros para ligar a Ásia à Europa, a OCX representa a materialização da reabertura da chamada Rota da Seda. A fronteira se transformou numa zona de comércio e uma rota de passagem para mercadorias produzidas na China, que chegam por trem à Europa em menos tempo e a um menor custo que por via marítima. Em sentido inverso, oleodutos e gasodutos vão da Rússia e da Ásia Central em direção à China, grande consumidora de energia. A China está construindo um corredor de transporte e produção ligando-a, através do Paquistão, ao porto de Gwadar, no Oceano Índico.

Uma das preocupações dos signatários da Carta de fundação da OCX foi declarar que esta não era dirigida contra nenhum país ou organização. Com isso, procuraram evitar a ideia de possuir, *a priori*, uma posição antiocidente, ou anti-OTAN. Contudo, mesmo sem negar essa característica, a OCX tem adotado posições francamente contrárias aos Estados Unidos e à OTAN em determinados momentos, e, mesmo políticas opostas às das potências do Ocidente. Um exemplo de mensagem enviada diretamente contra os Estados Unidos foi a exigência de que Washington retirasse suas bases militares do Uzbequistão após os eventos de Andijan, em 2005. Por outro lado, a iniciativa norte-americana de instalar o chamado Escudo Antimísseis na Europa oriental e na Ásia oriental, obviamente voltado contra a Rússia e a China, tem produzido uma maior articulação entre os membros da OCX.

Ainda que, declaradamente, a OCX não busque o confronto com qualquer organização, na prática ela tem servido de ferramenta para o afastamento dos Estados

Unidos da Ásia Central, o que chineses e russos, em geral, veem como benéfico (com a notável exceção da questão afegã e seus desdobramentos), sentimento compartilhado pelos governos dos países menores, sob certo aspecto, pois diminui o risco de “revoluções coloridas” na região. Ademais, nas declarações da organização nas quais são defendidos a multipolaridade no sistema internacional e o robustecimento da ONU, é possível identificar ecos das políticas externas de Beijing e Moscou, que contrariam as iniciativas unilaterais norte-americanas.

A Ásia e a geopolítica da Guerra ao Terrorismo

A Guerra ao Terrorismo, que os Estados Unidos desencadearam após os atentados de 11 de setembro de 2001, iniciou uma ampla intervenção na Ásia central e ocidental. A implantação americana no Afeganistão e no Iraque, bem como a presença militar parcial no Cáucaso e países das ex-repúblicas soviéticas da Ásia central, além da exploração da crise coreana e da luta contra ao terrorismo na faixa que vai do sul das Filipinas até o Paquistão, evidenciou o perfil da política externa do governo Bush e Obama para a Ásia. Parece clara a intenção de introduzir uma cunha no centro geopolítico da Eurásia, dificultando a integração física da Rússia com a China. Essa denuncia, discretamente, o cerco estratégico que Washington tenta estabelecer, além da ameaça que paira quanto ao acesso ao petróleo da Ásia central por parte da China.

A China, por sua vez, teve uma atuação discreta quanto à guerra contra o Iraque, evitando polemizar com os EUA. O intercâmbio econômico com Washington é vantajoso e Beijing necessita manter seu crescimento econômico ao menos por mais uma década. Ao mesmo tempo o Dragão chinês busca cada vez mais associar os vizinhos ao seu processo de desenvolvimento econômico, o que vem fazendo com sucesso, enquanto participa nas iniciativas regionais de cooperação, sejam econômicas, políticas ou de segurança, como no caso da ASEAN. Assim, a China vai se tornando o centro de gravidade da Ásia e, discretamente, participando de forma prudente mas segura na grande diplomacia mundial, além de estreitar a cooperação com a África, a América Latina e os BRICS (desde 2009). Ela tende a conformar um pólo de poder com alguns países vizinhos, num sistema internacional multipolar, regido por uma ONU redimensionada pelo novo equilíbrio de forças que se viria formar.

A Índia e a Ásia meridional face à reconfiguração das alianças

Outra região com dinâmica de crescimento e inserção mundial próprias é o subcontinente indiano. A Índia caracterizava-se por uma industrialização auto-centrada e era aliada de Moscou no plano estratégico (uma aliança anti-chinesa), apesar de sua diplomacia neutralista. Uma situação que se esgotou no fim dos anos 1980. Com isso, buscou-se a normalização das relações com a China, a integração ao ciclo de desenvolvimento asiático e a resolução dos dilemas com o Paquistão. Em 1985 foi estabelecida a SAARC⁶ (Área de Cooperação Regional da Ásia Meridional) que, nos anos 1990, foi dinamizada pelo acelerado desenvolvimento e abertura da economia indiana, a

⁶ É integrada por Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão e Maldivas, com uma população equivalente a da China (um bilhão e trezentos milhões de habitantes). O Afeganistão ingressou em 2010.

qual se tornou um dos pólos de informática mais importantes do mundo (CHAUDHURY, 2006: 212).

Além disso, a Índia é uma potência nuclear (não signatária do TNP) aspirante a membro do Conselho de Segurança da ONU, produz mísseis e defende a noção de independência e interesse nacional. Da mesma forma, a economia indiana possui bases sólidas e modernas, apesar da modernidade conviver com arcaicos sistemas de castas e uma pobreza impressionante. Mas, a bem da verdade, é preciso observar que, desde o início do século XXI, 150 milhões de indianos saíram da faixa de pobreza, segundo relatório da ONU de 2004 (na China, 350 milhões também deixaram de ser pobres). A tradicional rivalidade entre a Índia e o Paquistão está relacionada à traumática independência ocorrida em 1947, especialmente em relação à dividida região da Caxemira. A tensão entre estes dois Estados, detentores de armas nucleares, com constantes afrontamentos armados de fronteira na região, tem causado grande apreensão, embora tenha havido negociações tendentes à normalização depois do início da guerra do Afeganistão em 2001.

A Casa Branca buscava cooperar com a Índia como forma de construir alianças anti-chinesas, explorando suas rivalidades. Esta tendência, esboçada já no governo Clinton, foi intensificada no início do governo Bush. Contudo, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a conseqüente guerra ao terrorismo mudaram completamente o cenário. Para um ataque ao Afeganistão e a neutralização do terrorismo, o Paquistão constituía um elemento estratégico.

Todavia, esta maior aproximação dos EUA com o Paquistão e a China não impediu uma mudança na política norte-americana com relação à Índia, devido ao crescente poderio chinês e às ações terroristas em solo indiano, passando este país a funcionar como um contraponto a estas duas outras nações (DEEPAK: 2005). Além disso, a própria Índia também pressionada por essa situação externa aumentou a prioridade de suas relações bilaterais com os EUA. Assim, em Março de 2006 ambos países concluíram um Acordo Nuclear, que culminou com o reconhecimento de fato do *status* nuclear da Índia por Washington. Assinalaram ainda a formação de uma aliança EUA-Japão-Austrália-Índia. Os indianos tiram proveito de tal situação, sem perder de vista seus vínculos permanentes com os vizinhos asiáticos. Perguntado por uma jornalista estadunidense se adiantava resistir à unipolaridade americana “se até a Índia já estava no bolso dos EUA”, Fidel Castro respondeu: “a Índia é grande demais para caber no bolso de quem quer que seja”.

Em 2008 eclodiu a crise financeira nos Estados Unidos, a qual atingiu a Europa. Quando o presidente Obama assumiu a presidência americana em 2009, se deparava com uma tripla crise: a econômica (interna e externa), a necessidade de se retirar das guerras não vencidas do Iraque e Afeganistão e o novo *status* econômico e político atingido pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, desde dezembro de 2010, África do Sul), grupo que criou agenda própria. A extensão da guerra do Afeganistão ao Paquistão e a pressão americana sobre este país, que culminou com o obscuro assassinato de Bin Laden em 2011 em seu território, produziu forte desestabilização desta nação e o estremecimento das relações bilaterais americano-paquistanesas.

Nesse quadro, a China ganhou ainda mais projeção, aproximando-se do Paquistão e sendo cortejada pelos EUA para auxiliar o dólar e a recuperação da abalada economia

dos países da OCDE. Os BRICS e a Ásia seguem com boas taxas de crescimento econômico, enquanto o estagnado Japão sofre ainda os imensos efeitos de mega-terremoto que gerou um tsunami que arrasou o norte e produziu uma crise nuclear sem precedentes. Mas a crise econômica, longe de amainar, tem ameaçado o conjunto da economia mundial e a estabilidade diplomática até então vigente. Começa a haver uma campanha orquestrada de opinião pública contra as exportações chinesas, apontadas como vilãs da crise, em lugar da desenfreada especulação financeira que marcou as últimas três décadas. Novas tendências militaristas também emergem no plano global, com a desestabilização dos países árabes e a intervenção da OTAN na Líbia e as guerras civis na Síria e no Iêmen, bem como a crise dos refugiados na Europa e na Turquia.

Tendências da geopolítica eurasiática e mundial

Na geopolítica da Ásia a China busca evitar que transpareça alguma pretensão de restaurar o Sistema Tributário, da era imperial (ADSHEAD, 2000:35). Todavia, inevitavelmente, algo semelhante ocorre no campo econômico, embora o papel que o Japão, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos, bem como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), sirvam de contra-peso político. Sem dúvida a China constitui o epicentro da geopolítica asiática, e consegue consolidar sua posição através de constantes adaptações e estratégias flexíveis (KISSINGER: 2011).

A aliança com a Rússia é interessante, ampliando a região para um espaço eurasiático, mas tem suas contradições. Apesar das complementaridades dos dois países, há competição e desconfiança entre ambos. E existem zonas de tensão, a maior das quais tem sido o Mar da China Meridional, que pode se agravar com a presidência Donald Trump. Mas ele busca, mais que um confronto com a China, um novo arranjo bilateral mais favorável aos Estados Unidos. Daí a grande “amizade” com Vladimir Putin, que reduziria a solidez da OCX.

O peso da economia chinesa, por outro lado, acaba sendo o elemento catalizador de qualquer arranjo geopolítico da Ásia. Cada zona de tensão acaba sendo administrada separadamente, sem se fundir num único cenário anti-chinês. Apesar das tentativas de cerco e da formação de alianças pelos Estados Unidos, a tendência tem sido a gradual formação de uma geopolítica asiática num único cenário, marcando o retorno das potências terrestres, que limitam a potência marítima em sua ingerência na região. Por fim, parece que a geopolítica da Ásia se baseia em pressupostos distintos da geopolítica tradicional das potências anglo-saxônicas de um século atrás.

O mundo vive hoje quatro crises simultâneas: uma crise econômico-financeira, uma crise ambiental e energética, uma crise ideológica e uma crise política (acomodar a China na nova geopolítica mundial). Há estruturas que não mudarão tão cedo, pois o sistema internacional continuará sendo capitalista, uma estrutura política internacional baseada na ONU e uma estrutura mundial (permanência da liderança americana). Em termos de tendências, há a aceleração do progresso científico-tecnológico e a globalização da economia cada vez mais global, com a formação de grandes corporações internacionais (Guimarães, in Acioly: 2011, p. 15).

E qual o lugar do Brasil na nova configuração geopolítica emergente? A população brasileira se estabilizará em torno de 2045, quando ainda não haveremos

ocupado todo o território nacional, o que representa um fator crítico em termos estratégicos, pois podemos nos tornar uma nação idosa e pobre. Temos aproximadamente 16% da água doce do mundo, o que nos torna uma “Arábia Saudita da água”. Isso num quadro em que a defesa deve considerar a existência de uma guerra terceirizada. Segundo Alfredo Costa Filho (in ACIOLY: 2011, p.26),

Desde o princípio da civilização, as grandes disputas contavam com uma espécie de homeostase da paz; quando um lado perdedor chegava ao consenso de que arriscava ter grandes perdas ou mesmo desaparecer, seus líderes tendiam a buscar um caminho de armistício. Isso acabou nos conflitos atuais do Iraque e do Afeganistão [e da Síria]. Um exemplo: aos efetivos militares dos Estados Unidos no Iraque, da ordem de 150 mil, há que acrescentar agora outro contingente de similar tamanho, não uniformizado, porém com similares regalias jurídicas. Pertencente às grandes corporações, envolvidas em logística e reconstrução. Mesmo que as autoridades militares tenham interesse em reduzir a temperatura do conflito ou mesmo finalizá-lo, podem encontrar fortes resistências por este lado corporativo e terceirizado. Esta ‘novidade estratégica cria uma nova situação mundial e cabe aos países emergentes acender, também aqui, um ‘alerta prospectivo’ de adequada intensidade.

Segundo o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, “ há um eixo do poder mundial cujo estudo permite identificar as áreas de fricção. O eixo liga EUA, União Europeia, Rússia, China e Japão, sendo os destinos do mundo, em linhas gerais, por eles traçados” (in ACIOLY, p. 31). Conforme esse autor, as nações Ocidentais atingiram um nível de bem-estar muito elevado e, como democracias, tendem a influenciar seus Estados a manterem essa situação, consumindo grandes quantidades de recursos naturais. Seus territórios possuem esses recursos, mas eles são economizados para momentos críticos. Assim, torna-se necessário ter acesso livre aos recursos de outras regiões ricas em recursos naturais, projetando poder político, especialmente para as zonas estratégicas como as passagens oceânicas e as áreas de ligação entre os continentes. “O jogo do poder mundial não é uma questão entre *bons e maus*, pois não existe esta classificação conceitual nas relações internacionais” (Ibid).

Nas guerras do Oriente Médio e da Ásia Central, os Estados Unidos buscam evitar a emergência de uma potencia regional hegemônica e garantir o suprimento de petróleo para si e controlar sua distribuição para as potências emergentes em rápida industrialização, como a China. Também visa a fraturar a formação de um espaço eurasiático unificado, o grande pesadelo dos impérios marítimos anglo-saxões. Visivelmente, há uma estratégia de cerco e contenção à China (a Coreia do Norte não é um inimigo relevante). E a “amizade” entre Trump e Putin, tampouco, é fruto de inexperiência do presidente americano, mas um jogo inteligente de atrair o mais débil dos gigantes eurasiáticos (sendo os outros a China e a União Europeia). Afastando a Rússia de ambos, é possível lidar, separadamente, com a UE e a China.

A aliança sino-russa é frágil, mais reativa do que qualquer outra coisa. Moscou teme o crescimento de Pequim, pois a gigantesca Sibéria tem 10 milhões de habitantes, enquanto apenas a Manchúria chinesa possui 100 milhões de habitantes e grandes indústrias carentes de matérias primas e combustíveis. Sabendo disso, os EUA e a OTAN podem oferecer uma aliança à Rússia, de preferência enfraquecida. E uma Rússia, que pode colaborar com a guerra ao terrorismo no Oriente Médio. O cerco à China, por sua vez, faz com que esse país busque regiões como a África e a América do Sul, o que

confere, automaticamente, um interesse geopolítico crucial aos Oceanos Índico e Atlântico Sul.

A reativação da Quarta Frota [americana] não se deve apenas à descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal na plataforma continental brasileira. Na realidade o Atlântico Sul aumentou em muito a sua importância por ser uma área de crescente exploração mineral e comércio de recursos energéticos e, também, um espaço de projeção sobre a rica e cobiçada Antártica [com sua reserva de água]. O Oceano Atlântico é uma área de interesse do Brasil, junto com a orla ocidental africana e a própria África como um todo. E o que acontecerá ali? Uma convergência de oportunidades, portanto, de interesses do eixo de poder, da Índia e do Brasil. Se todos tem oportunidades no mesmo lugar, ocorrerão choques e conflitos (Costa Filho, in ACIOLY: 2011, p.34).⁷

O gigante chinês também está projetando sua influência para a América do Sul. Uma região de influência americana, sendo já um grande investidor, além de parceiro comercial de peso, e já estão sendo acompanhados pela Rússia e pela Índia. Tal fenômeno, ao lado da projeção dos EUA para a região, comprometem a liderança brasileira na América do Sul. Costa Filho lembra que no século XIX a China teve sua exploração compartilhada pelas grandes potências imperialistas, e que isto pode acontecer com o Brasil. “Existe a possibilidade que, em vez de conflito, as potências do eixo [podem] optar por uma composição para a exploração dos recursos da América do Sul. A China, que antes não apoiaria uma intervenção na Amazônia agora o fará, pois os recursos dessa região passaram a ser do seu interesse” (Ibid).

Referências bibliográficas

- ACIOLY, Luciana, e MORAES, Rodrigo de. (Orgs). *Prospectiva, estratégia e cenários globais*. Brasília: IPEA, 2011.
- BALL, Desmond (Ed.). *The transformation of security in the Asia/Pacific region*. London: Frank Cass, 1996.
- BOQUÉRAT, Gilles, and GRARE, Frédéric (Eds). *India, China, Russia. Intricacies of an Asian Triangle*. New Delhi: India Research Press, 2004.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial. la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BUZAN, Barry, and WAEVER, Ole. *Regions and Powers. The structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CADERNOS ADENAUER. *Potências emergentes e desafios globais*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.
- COLIN, Roberto. *Rússia, o ressurgimento da grande potência*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- CAMPBELL, Gwyn (Ed.). *The Indian Ocean Rim. Southern Africa and Regional Co-operation*. London/New York: Routledge, 2003.
- COHEN, Stephen. *India, emerging power*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DEEPAK, B.R. *India & China, 1904-2004. A Century of Peace and Conflict*. New Delhi: Manak Publications, 2005.
- HEAELE, M. J. *Contemporary America: Power, dependency and globalization since 1980*. Oxford: Miley-Blackwell, 2011.

⁷ Ver também VISENTINI, MIGON e PEREIRA (Orgs). *A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil*. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/ LED-ECEME, 2016.

- IKENBERRY, G. John, and MASTANDUNO, Michael. (Eds). *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press, 2003.
- JOYAUX, François. *Géopolitique de L'Extrême-Orient*. Bruxelles : Complexe, 1991. 2 vols.
- KHURANA, Gurpreet S. *Maritime forces in pursuit of national Security. Policy imperatives for India*. New Delhi: Institute for Defense Studies and Analyses/ Shipra Publications, 2008.
- KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- STUENKEL, Oliver. *Post Western World. How emerging powers are remaking global order*. Cambridge: Polity, 2016.
- THER, Philipp. *Europe since 1989. A History*. Princeton/ Oxford: Princeton University Press, 2014.
- TODD, Emmanuel. *Depois do Império. A decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. *A política externa do Japão no final do século XX*. São Paulo: Annablume/ Fundação Japão, 2001.
- VALLADÃO, Alfredo. *O século XXI será americano*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VISENTINI, Paulo. *Século 21: geopolítica, conflitos e impasses*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.
- _____, ADAM, G., VIEIRA, M., SILVA, A., e PEREIRA, A.. *BRICS: as potencias emergentes*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VISENTINI, Paulo, MIGON, Eduardo e PEREIRA, Analúcia Danilevich (Orgs). *A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil*. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/ LED-ECEME, 2016.
- WENQUAN, Yin. *Desarrollo de China dentro de la Globalización*. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2007.